Anais do Congresso Brasileiro de Iniciação Científica
(https://periodicos.unisanta.br/COB)

ISSN 2317-1316

O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA INFANTIL ATRAVÉS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA PRÉ-ESCOLA

THE DEVELOPMENT OF CHILD AUTONOMY THROUGH PEDAGOGICAL PRACTICES IN PRESCHOOL

Isabelly Letícia Andrade Doria de Menezes, Maria Cristina da Silva Pereira Alves
Universidade Santa Cecília, FaCESA, Curso de Pedagogia
E-mail: isabellymenezz@gmail.com

RESUMO – Este estudo discute como as práticas pedagógicas da pré-escola contribuem para a construção da autonomia infantil. A pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, articula as contribuições de Piaget e Kamii às orientações curriculares brasileiras. A análise distingue autonomia moral e intelectual da independência na realização de tarefas e destaca a participação das crianças na compreensão das regras. A síntese teórica indica que o diálogo, a cooperação, o brincar e a mediação docente oferecem condições para esse desenvolvimento. Conclui-se que a autonomia deve ser favorecida de forma gradual, com apoio do professor e respeito às características das crianças.

Palavras-chave: Autonomia infantil; Educação Infantil; Práticas pedagógicas; Jean Piaget; Desenvolvimento infantil.

ABSTRACT – This study examines how preschool pedagogical practices contribute to the development of child autonomy. The qualitative bibliographic and documentary review connects the contributions of Piaget and Kamii with Brazilian curriculum guidelines. The analysis distinguishes moral and intellectual autonomy from independence in completing tasks and highlights children's participation in understanding rules. The theoretical synthesis indicates that dialogue, cooperation, play and teacher mediation provide conditions for this development. The study concludes that autonomy should be fostered gradually, with teacher support and respect for children's developmental characteristics.

Keywords: Child autonomy; Early childhood education; Pedagogical practices; Jean Piaget; Child development.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil constitui uma etapa fundamental no desenvolvimento da criança, pois é nesse período que são construídas habilidades cognitivas, sociais, emocionais e morais que servirão de base para sua formação futura. A escola desempenha papel essencial ao

ISSN 2317-1316

proporcionar experiências que favoreçam a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos alunos.

Entre os aspectos trabalhados nessa fase, destaca-se a autonomia infantil, entendida como um processo de construção da capacidade de pensar, fazer escolhas e participar das decisões que envolvem a própria criança e o grupo. A independência na realização de tarefas pode fazer parte desse percurso, mas não corresponde, por si só, à autonomia moral e intelectual. Esta envolve compreender razões, considerar outras pessoas e construir formas de agir que não dependam apenas da obediência à autoridade adulta (Piaget, 1994; Kamii, 1986).

As contribuições de Jean Piaget são fundamentais para compreender esse processo, uma vez que o autor defende que a criança constrói seu conhecimento por meio da interação com o meio e das experiências vivenciadas ao longo do seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, a autonomia não é adquirida de forma imediata, mas construída gradativamente nas relações sociais, nas descobertas e nas oportunidades de participação oferecidas à criança (Piaget, 1999).

As práticas pedagógicas desenvolvidas na pré-escola possuem importante papel na promoção da autonomia infantil, pois podem estimular a participação ativa, a cooperação, a responsabilidade e a capacidade de fazer escolhas. Quando planejadas de maneira intencional, essas práticas oferecem oportunidades para que a criança explique o que pensa, escute os colegas e participe da organização da vida coletiva. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil orientam a valorização dessas experiências no cotidiano educativo (Brasil, 1998, 2009).

Diante dessa realidade, surge o seguinte problema de pesquisa: de que maneira as práticas pedagógicas desenvolvidas na pré-escola contribuem para o desenvolvimento da autonomia infantil? A partir desse questionamento, busca-se compreender como as ações pedagógicas promovidas pelos educadores podem favorecer a iniciativa, a responsabilidade e a participação ativa das crianças no ambiente escolar.

A escolha do tema justifica-se pela relevância da autonomia para o desenvolvimento integral da criança e pela necessidade de compreender o papel da escola e dos professores nesse processo. A pesquisa pretende contribuir para a reflexão sobre práticas pedagógicas que valorizem o protagonismo infantil e favoreçam a formação de indivíduos mais autônomos, críticos e participativos desde os primeiros anos da educação básica.

ISSN 2317-1316

Como hipótese, considera-se que as práticas pedagógicas fundamentadas em princípios construtivistas, especialmente aqueles defendidos por Jean Piaget, favorecem a construção da autonomia infantil. Ambientes escolares que incentivam a participação, a cooperação, a resolução de problemas e a tomada de decisões podem ampliar as possibilidades de desenvolvimento da responsabilidade e do pensamento próprio, respeitando os limites e as necessidades das crianças da pré-escola.

Compreender como as práticas pedagógicas desenvolvidas na pré-escola contribuem para o desenvolvimento da autonomia infantil, considerando as contribuições da teoria de Jean Piaget para a formação integral da criança. Os objetivos específicos são conceituar a autonomia infantil, analisar as contribuições de Piaget e discutir a mediação docente, as práticas pedagógicas e as interações que podem favorecer sua construção.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa e natureza descritiva. Seu propósito é compreender as contribuições teóricas sobre a construção da autonomia infantil e relacioná-las às práticas pedagógicas da pré-escola.

A revisão considera livros, artigos científicos e produções acadêmicas relacionados à autonomia infantil, à Educação Infantil e às contribuições de Jean Piaget. A seleção do material se orienta pela pertinência ao problema e aos objetivos da pesquisa. Trata-se de uma revisão narrativa, voltada à interpretação das obras, sem procedimentos de levantamento exaustivo próprios de uma revisão sistemática.

A análise documental abrange o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, com atenção ao volume sobre formação pessoal e social, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular. Esses documentos permitem relacionar a discussão teórica às orientações para o trabalho pedagógico na Educação Infantil (Brasil, 1998, 2009, 2018).

As informações são organizadas da seguinte forma: 1conceito de autonomia; 2 desenvolvimento infantil na perspectiva piagetiana; 3 autonomia moral e intelectual; 4 práticas pedagógicas; 5 mediação docente;6 brincar e 7 interações sociais. A leitura e a comparação entre esses aspectos permitem examinar convergências e distinções entre os textos. O estudo

ISSN 2317-1316

não envolve observações de campo, entrevistas ou mensuração de resultados com crianças; as situações pedagógicas apresentadas têm função de exemplificação teórica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A discussão apresenta a síntese teórica da revisão bibliográfica e documental. Os aspectos a seguir relacionam as contribuições sobre autonomia às possibilidades do trabalho pedagógico na pré-escola.

3.1 O conceito de autonomia infantil

A autonomia é um dos principais objetivos da Educação Infantil, pois está ligada ao desenvolvimento integral da criança e à sua capacidade de agir de forma consciente, responsável e participativa em diferentes situações sociais. Na educação, essa construção envolve pensar, fazer escolhas e assumir responsabilidades de acordo com as características e os limites de cada etapa do desenvolvimento.

Abbagnano (1982) relaciona a autonomia à determinação de si e à orientação da própria conduta. Na infância, essa capacidade começa a ser construída nas experiências e nas relações com outras pessoas. Kamii (1986), a partir da teoria de Piaget, destaca a importância de pensar por si mesmo, levando em conta diferentes pontos de vista. A autonomia não equivale a agir sem limites ou sem considerar o outro.

Para a autora, educar para a autonomia significa oferecer condições para que as crianças construam julgamentos próprios, em vez de apenas reproduzirem respostas ou cumprirem regras impostas pelos adultos. Essa perspectiva pode ser relacionada à concepção de criança como sujeito histórico e de direitos, apresentada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e retomada pela Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2009, 2018).

É necessário distinguir essa construção da independência prática. Guardar materiais, vestir-se ou organizar os próprios objetos são aprendizagens importantes, mas podem ocorrer por simples repetição de uma ordem. A autonomia moral envolve compreender o sentido das regras e considerar seus efeitos sobre os outros; a intelectual envolve elaborar explicações, confrontar ideias e procurar soluções. Realizar uma tarefa sozinho não comprova, portanto, que a criança já tenha desenvolvido essas formas de autonomia (Piaget, 1994; Kamii, 1986).

ISSN 2317-1316

A criança precisa ter oportunidades para se expressar, participar de decisões possíveis para sua idade e assumir pequenas responsabilidades. O apoio do adulto continua necessário: a autonomia se desenvolve nas relações, e não pelo afastamento dos cuidados. Freire (1996) contribui para essa discussão ao defender uma prática educativa que respeite o educando e favoreça a construção do conhecimento, em lugar de sua simples transmissão.

As experiências da família, da escola e da comunidade participam desse processo. Na pré-escola, a escuta, o diálogo e a participação na vida do grupo oferecem condições para o desenvolvimento progressivo da autonomia. O que se espera nessa etapa é favorecer sua construção, sem atribuir à criança uma autonomia moral plenamente consolidada.

3.2 O desenvolvimento infantil na perspectiva de Jean Piaget

Jean Piaget contribuiu de modo decisivo para a compreensão do desenvolvimento infantil. Em sua teoria, o conhecimento não resulta apenas da recepção de informações nem é produzido exclusivamente pelo ambiente. Ele é construído na interação entre o sujeito e os objetos de conhecimento, por meio das ações e das reorganizações do pensamento (Piaget, 1999).

A adaptação envolve assimilação e acomodação. Na assimilação, a criança interpreta uma experiência a partir dos esquemas de que já dispõe. Na acomodação, modifica esses esquemas diante das exigências da situação. Esses processos se articulam e ajudam a explicar como novas formas de compreender a realidade são construídas (Piaget, 1999).

A criança participa ativamente desse desenvolvimento: explora o mundo, manipula objetos, representa situações e procura soluções para os problemas que encontra. A imitação, o jogo simbólico e a linguagem ampliam suas possibilidades de representar experiências, aspecto discutido por Piaget (1978) em sua análise da formação do símbolo.

Na pré-escola, muitas dessas experiências se relacionam às características do período pré-operatório, no qual se ampliam a linguagem, a imaginação e a representação simbólica. A criança ainda encontra dificuldades para coordenar diferentes pontos de vista. Por isso, o desenvolvimento não deve ser tratado como uma sequência de conquistas iguais para todas as crianças, nem as idades indicadas pela teoria como critérios rígidos para avaliar a autonomia (Piaget, 1999).

A participação em atividades de exploração e descoberta pode favorecer a construção do conhecimento. Para isso, o ambiente escolar precisa permitir que a criança observe,

ISSN 2317-1316

experimente e apresente suas próprias explicações. A ação sobre os objetos deve ser acompanhada de oportunidades para pensar sobre o que foi feito, pois a atividade física, isoladamente, não garante a elaboração de novos conhecimentos.

As interações sociais também participam desse percurso. O contato com outras crianças e com os adultos permite confrontar explicações e perceber diferenças entre as próprias ideias e as dos colegas. A cooperação ganha importância quando oferece espaço para a reciprocidade, e não apenas para o cumprimento simultâneo de uma tarefa determinada pelo professor (Piaget, 1994).

As contribuições de Piaget ajudam, assim, a pensar práticas pedagógicas em que a criança seja participante do processo de aprendizagem. O desenvolvimento da autonomia requer tempo, experiências e relações que permitam construir formas progressivamente mais elaboradas de pensar e agir.

3.3 A construção da autonomia moral e intelectual em Piaget

A autonomia ocupa lugar importante na análise de Piaget sobre o desenvolvimento moral. Ela não significa fazer tudo o que se deseja, mas construir julgamentos que considerem a reciprocidade e o respeito entre as pessoas. Para compreender esse processo, o autor examina as relações de heteronomia e autonomia e as diferentes formas de respeito presentes na vida infantil (Piaget, 1994).

Na heteronomia, as regras tendem a ser percebidas como determinações da autoridade, exteriores à criança e pouco sujeitas à discussão. Nas relações de cooperação, ampliam-se as possibilidades de compreender as regras como acordos que organizam a convivência. Essa passagem não é automática nem elimina, de uma só vez, todas as formas de heteronomia; depende das relações e das situações vividas pela criança (Piaget, 1994).

Piaget (1994) relaciona o respeito unilateral às relações de coação e o respeito mútuo às possibilidades de cooperação. Quando a criança participa de decisões e tem suas razões consideradas, pode começar a compreender por que uma regra é necessária e como ela afeta os demais. O papel do adulto consiste em favorecer essa reflexão, sem abrir mão de sua responsabilidade pela proteção e pela organização do ambiente.

A construção de regras precisa ser diferenciada da realização de tarefas. Uma criança pode guardar os brinquedos porque teme uma punição; outra pode participar da organização

ISSN 2317-1316

depois de compreender que o espaço e os materiais serão utilizados pelos colegas. A ação visível é semelhante, mas os motivos e as relações envolvidos são diferentes. Esse exemplo ilustra a distinção teórica entre obedecer e construir uma compreensão sobre a vida coletiva; não corresponde a uma observação de campo desta pesquisa.

Na autonomia intelectual, o foco recai sobre a elaboração de ideias e a possibilidade de avaliar explicações. Kamii (1986) destaca que pensar por si mesmo envolve considerar informações e pontos de vista, em vez de aceitar uma resposta apenas porque foi apresentada por uma autoridade. A escola pode favorecer esse processo ao perguntar como a criança chegou a uma solução e ao permitir que compare diferentes maneiras de resolver um problema.

A memorização e a repetição, quando ocupam todo o espaço da aprendizagem, oferecem poucas oportunidades para a elaboração de julgamentos próprios. Atividades que envolvem investigação, explicação e cooperação podem ampliar essas oportunidades. Na pré-escola, porém, o trabalho se dirige às condições de construção da autonomia, e não à exigência de um raciocínio moral ou intelectual já plenamente desenvolvido (Piaget, 1994; Kamii, 1986).

3.4 O papel das práticas pedagógicas na pré-escola

As práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil têm papel importante na construção da autonomia. Elas devem proporcionar experiências interativas, criativas e cooperativas, nas quais as crianças possam participar da aprendizagem. As interações e a brincadeira constituem eixos das práticas pedagógicas previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e são retomadas pela BNCC (Brasil, 2009, 2018).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, especialmente no volume dedicado à formação pessoal e social, orienta a oferta de oportunidades de escolha e participação. A centralização de todas as decisões pelo adulto reduz o espaço para que a criança exercite suas possibilidades de decidir. Essa orientação não dispensa a mediação docente: o professor organiza alternativas adequadas, acompanha as escolhas e ajuda a criança a perceber suas consequências (Brasil, 1998).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil incluem a autonomia entre os princípios éticos das propostas pedagógicas. Também determinam experiências que ampliem a confiança e a participação das crianças e situações de aprendizagem mediadas voltadas à autonomia nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar. O documento

ISSN 2317-1316

articula essas aprendizagens à responsabilidade, à solidariedade e ao respeito às singularidades, afastando uma compreensão da autonomia restrita à execução individual de tarefas (Brasil, 2009, art. 6º e 9º).

Por meio dessas experiências, as crianças ampliam suas formas de comunicação e participação. Jogos, projetos e desafios podem criar situações para comparar ideias e procurar soluções, desde que a criança tenha oportunidade de compreender e discutir o que faz. A participação ativa, coerente com a perspectiva piagetiana, exige mais do que seguir uma sequência de procedimentos apresentada pelo adulto (Piaget, 1999).

A rotina escolar também oferece oportunidades para esse trabalho. Escolher entre materiais disponíveis, participar da definição de combinados e conversar sobre conflitos são situações que podem favorecer a iniciativa e a reflexão. Preparar ou guardar materiais contribui para a organização cotidiana, mas precisa ser analisado separadamente da compreensão das regras e das responsabilidades compartilhadas.

O planejamento deve considerar as condições concretas de participação de cada criança. Dar voz ao grupo não significa transferir às crianças decisões que dependem da responsabilidade adulta. Significa criar possibilidades reais de escolha e discussão, respeitando sua idade, seus modos de comunicação e suas necessidades de apoio. O RCNEI e as DCNEI ajudam a orientar essa organização do trabalho pedagógico (Brasil, 1998, 2009).

3.5 O professor como mediador do desenvolvimento da autonomia

O professor desempenha papel importante na promoção da autonomia das crianças, pois organiza as experiências que elas vivenciam no cotidiano escolar. Sua atuação envolve planejar atividades, acompanhar as relações do grupo e oferecer apoio para que as crianças participem da construção do conhecimento e da convivência.

A partir das contribuições de Piaget (1999), é possível compreender a importância de situações que despertem a curiosidade e permitam a investigação. O professor pode pedir que as crianças expliquem suas escolhas, comparar soluções sem antecipar uma resposta única e propor desafios compatíveis com suas possibilidades. O erro, nessas situações, oferece elementos para compreender o pensamento da criança e orientar novas experiências.

Freire (1996) também contribui para essa discussão ao defender o respeito à autonomia do educando e uma prática fundada no diálogo. Ouvir a criança requer considerar o que ela

ISSN 2317-1316

expressa e criar condições para que compreenda as decisões que afetam o grupo. A escuta perde seu sentido quando o adulto solicita opiniões, mas mantém todas as decisões previamente fechadas.

Nas relações entre as crianças, a mediação pode favorecer a construção de regras e a resolução de conflitos. Em vez de apenas determinar quem está certo ou aplicar uma punição, o professor pode ajudar os envolvidos a apresentar seus motivos, reconhecer os efeitos de suas ações e procurar uma solução possível. Esse acompanhamento oferece experiências de reciprocidade e cooperação relacionadas à construção da autonomia moral (Piaget, 1994).

É importante observar tanto a ação quanto as condições em que ela ocorre. Cumprir uma tarefa rapidamente não informa, por si só, se a criança compreendeu sua finalidade. Pedir ajuda também não representa falta de autonomia: reconhecer uma dificuldade e buscar apoio pode fazer parte de sua participação ativa. Cabe ao professor ajustar o apoio oferecido e ampliar as oportunidades de escolha, sem transformar a autonomia em uma exigência de desempenho individual.

Quando as crianças são ouvidas e consideradas no planejamento das atividades, encontram mais possibilidades de iniciativa e participação. A mediação docente se concretiza na organização de um ambiente em que o cuidado, a aprendizagem e a convivência permitam a construção progressiva da autonomia (Brasil, 1998, 2009).

3.6 A importância do brincar e das interações sociais para a autonomia infantil

O brincar ocupa lugar central no desenvolvimento infantil e é uma das experiências importantes na Educação Infantil para favorecer a autonomia. Nas brincadeiras, as crianças representam situações, exploram materiais, expressam sentimentos e constroem relações com outras pessoas.

Piaget (1978) analisa o jogo em sua relação com a assimilação e com a construção da função simbólica. Ao brincar de faz de conta, a criança pode representar experiências e atribuir novos significados a objetos e situações. Essa elaboração participa de seu desenvolvimento e amplia suas formas de compreender o mundo.

O brincar também oferece oportunidades para fazer escolhas, discutir regras e resolver conflitos. Essas possibilidades dependem de como a atividade é organizada e das relações que

ISSN 2317-1316

se estabelecem. Não basta oferecer um jogo: é preciso observar se as crianças podem participar de decisões, explicar suas ideias e considerar os colegas.

A cooperação é importante para a construção da autonomia moral, pois permite que as crianças entrem em contato com diferentes pontos de vista e com exigências de reciprocidade. O respeito mútuo se desenvolve nas relações e precisa ser favorecido por experiências de convivência, sem ser confundido com a submissão à autoridade adulta (Piaget, 1994).

A BNCC apresenta as interações e a brincadeira como eixos da Educação Infantil e inclui o direito de participar das atividades e das decisões relacionadas à vida cotidiana. Essa orientação reforça a necessidade de um planejamento que valorize a expressão das crianças e considere sua participação no ambiente escolar (Brasil, 2018).

O brincar e as interações sociais oferecem, portanto, condições para o desenvolvimento da iniciativa, do pensamento próprio e da responsabilidade com os outros. Na pré-escola, essas experiências integram um processo de construção da autonomia que continua em outras etapas da vida e envolve a atuação conjunta da escola, da família e da comunidade.

4 CONCLUSÃO

A análise teórica permite compreender que as práticas pedagógicas da pré-escola podem favorecer a construção da autonomia quando oferecem oportunidades de escolha, diálogo, cooperação e reflexão sobre as regras. As contribuições de Piaget e Kamii ajudam a distinguir esse processo da independência na execução de tarefas, enquanto o RCNEI, as DCNEI e a BNCC orientam a participação infantil e a mediação docente. O professor mantém a responsabilidade pelo cuidado e pelo planejamento, criando condições para que as crianças expressem suas ideias e considerem os outros. A autonomia se apresenta como uma construção gradual, e não como uma capacidade plenamente consolidada na pré-escola. Estudos posteriores podem examinar como essas possibilidades se concretizam nas rotinas escolares.

5 DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Durante a elaboração deste trabalho, utilizou-se a ferramenta de inteligência artificial ChatGPT para auxiliar no levantamento bibliográfico em bases de dados científicos, na organização das referências, no Abstract e na revisão textual e ortográfica. O conteúdo gerado

ISSN 2317-1316

foi revisado, editado e validado pelas autoras, que assumem total responsabilidade pelo texto final.

6 REFERÊNCIAS

Abbagnano, Nicola. Dicionário de filosofia. Tradução de Alfredo Bosi. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil: formação pessoal e social. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. v. 2.

Brasil. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

BrasiL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 18, 18 dez. 2009.

Freire, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Kamii, Constance. A autonomia como finalidade da educação: implicações da teoria de Piaget. In: KAMII, Constance. A criança e o número. Campinas: Papirus, 1986.

Piaget, Jean. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Piaget, Jean. O juízo moral na criança. São Paulo: Summus, 1994.

Piaget, Jean. Seis estudos de psicologia. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.